



TERMO DE REFERÊNCIA

**PREGÃO ELETRÔNICO
MENOR PREÇO**

FORNECIMENTO DE SOFTWARE E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE LICENÇA PERPÉTUA DO SOFTWARE AGISOFT METASHAPE PROFESSIONAL EDITION, NODE-LOCKED, ÚLTIMA VERSÃO, COM SUPORTE TÉCNICO ON-LINE E ATUALIZAÇÕES PARA USO DA 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, EM BOM JESUS DA LAPA – BA.

Novembro / 2021



ÍNDICE

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3.	REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.	4
4.	LOCAL DE ENTREGA	4
5.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	5
6.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	5
7.	PROPOSTA.....	6
8.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	6
9.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6
10.	PRAZO DE ENTREGA.....	6
11.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	6
12.	REAJUSTAMENTO.....	7
13.	FISCALIZAÇÃO.....	7
14.	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS	8
15.	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	9
16.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	9
17.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	12
18.	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	13
19.	MATRIZ DE RISCO.....	13
20.	CONDIÇÕES GERAIS	13
21.	ANEXOS.....	14



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Fornecimento de software e serviço de instalação de uma (01) licença perpétua do Software Agisoft Metashape Professional Edition, node-locked, última versão, com suporte técnico on-line e atualizações para uso da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, em Bom Jesus da Lapa – BA.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com o objeto da contratação acima solicitado, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília/DF.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução do objeto.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – Representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos no Termo de Referência.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preço da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução do objeto.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na construção. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto. São partes integrantes das especificações técnicas:

- Generalidades - incluem o objetivo, identificação, regime de execução, fiscalização, recebimento, modificações de projeto e classificação dos serviços. Havendo caderno de encargos, este englobará quase todos estes aspectos.
- Especificação dos materiais - pode ser escrito de duas formas: genérica (aplicável a qualquer serviço) ou específica (relacionando apenas os materiais a serem usados em questão).
- Discriminação dos serviços - especifica como devem ser executados os serviços, indicando traços de argamassa, método de assentamento, forma de corte de peças, etc.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

NOTA DE EMPENHO - Documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa;



ORDEM DE SERVIÇO (OS) - Documento formal, emitido pela CODEVASF com as especificações detalhadas do serviço/produto individual (parte do contrato) a ser elaborado pela CONTRATADA, para o qual o faturamento relacionado ao recurso é executado na conclusão;

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DO LICITANTE – Representa o produto do somatório do preço do Licitante de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor para execução do objeto que se pretende contratar.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – Representa o produto do somatório do preço de referência da CODEVASF de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor estimado para a reserva orçamentária e o limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar.

PLANO DE TRABALHO – Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL (PGA) – Consiste numa ferramenta de gerenciamento das atividades corriqueiras, relacionadas à questão ambiental, na fase de construção, de forma a evitar, minimizar e controlar os impactos ambientais relacionados. Esse plano, elaborado por uma equipe especializada em meio ambiente, estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação adequada de medidas ambientais a serem executadas na Área Diretamente Afetada – ADA. Esse plano tem como objetivo geral assegurar, de forma integrada, que as ações ambientais aqui propostas, sejam implantadas, de forma a zelar pela qualidade ambiental.

Como objetivos específicos:

- a) Executar de forma a evitar, controlar e/ou mitigar os impactos ambientais associados;
- b) Estabelecer diretrizes que zelem pela melhor qualidade ambiental possível da água, solo, ar, fauna e flora;
- c) Executar trabalhos de educação ambiental junto aos operários;
- d) Evitar interferências negativas, das atividades e dos seus colaboradores sobre o meio ambiente.

PROPOSTA – Documento gerado pelo licitante que estabelece o valor unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

SERVIÇOS CORRELATOS – Serviço de implantação de Programas computacionais, e treinamento de pessoal da Codevasf e consultoria visando solução de problemas técnicos decorrentes da implantação e adequação da ferramenta, quando necessário, por um tempo específico.

SERVIÇOS SIMILARES – Serviços de implantação de ferramentas, capacitação de mão de obra e manutenção da ferramenta na Codevasf.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Bom Jesus da Lapa, em cuja jurisdição territorial localizam-se os serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência.

3. REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

3.1. **Regime de Execução:** Fornecimento Total.

3.2. **Valor estimado:** R\$ 23.698,57 (Vinte e três mil seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta e sete centavo)

3.3. **Critério de Julgamento:** Menor Preço.

4. LOCAL DE ENTREGA



4.1. A Sede da 2ª Superintendência Regional onde serão executados os serviços localiza-se no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, cujo acesso é por rodovia asfaltada, acerca de 780 km da cidade de Salvador/BA e 690 km da cidade de Brasília/DF.

5. DESCRIÇÃO DO OBJETO

5.1. O escopo objeto desta licitação encontra-se descritos e caracterizados nas Especificações Técnicas e quantificados na Planilha Orçamentária, que integram este Termo de Referência.

5.2. O objeto do presente certame licitatório compreende basicamente o fornecimento de software e serviço instalação de uma (01) licença perpétua do Software Agisoft Metashape Professional Edition, node-locked, última versão, com suporte técnico on-line e atualizações, ou seja:

- a) Fornecedor de software e serviço de instalação do software;
- b) Serviços de suporte técnico on-line durante 1 (um) ano;
- c) Serviços de atualizações e correções durante 1 (um) ano.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

6.2. CONSÓRCIO

6.2.1. Não será permitida, na presente licitação, a participação de empresas em consórcio, tendo em vista, que o objeto em questão não é considerado de alta complexidade ou vulto, sendo, portanto, improvável a geração de algum fator técnico, operacional ou econômico, que venha privar a participação de empresas consideradas do ramo para execução do presente objeto.

6.3. Não será permitida, na presente licitação, a participação de sociedades cooperativas. Não é usual cooperativas prestarem serviços de fornecimento e instalação de software e não se tem conhecimento de nenhuma cooperativa que preste estes serviços, objeto deste termo de referência.

6.4. SUBCONTRATAÇÃO

6.4.1. Não é permitida a subcontratação da execução dos serviços.

6.5. VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

6.5.1. A visita aos locais de prestação dos serviços **NÃO SERÁ OBRIGATÓRIA**, porém, recomenda-se aos licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de um preposto, indicado pelo licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

6.5.2. É de inteira responsabilidade do licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

6.5.3. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta do licitante.

6.5.4. Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executados os serviços, os licitantes deverão contatar com a Gerência Regional de Infraestrutura da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF, em Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia no telefone: 2ª GRD (77) 3481-8021.



6.5.5. A declaração de que conhece o local onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração – Anexo V), através dos seus prepostos.

7. PROPOSTA

7.1. A Proposta de Preço deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.

7.2. A Proposta constitui-se dos seguintes documentos:

- a) Planilha Orçamentária do Licitante com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha Orçamentária (Anexo 3) que é parte integrante deste Termo de Referência, observando-se os preços unitários orçados pela CODEVASF.
- b) Junto com a proposta, a Planilha Orçamentária do Licitante deverá ser apresentada em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma.
- c) A Planilha Orçamentária do Licitante deverá ser preenchida e assinada por profissional competente, conforme os art. 13 e 14 da Lei 5194/1966.
- d) O licitante de melhor proposta classificada deverá preencher os formulários de composição de preços unitários, em formulário próprio, ofertados por item e subitem, com clareza e sem rasuras, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba.

8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1.1. O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante tenha fornecido e instalado o software Agisoft Metashape Professional Edition, node-locked.

9. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas com a execução dos serviços correrão à conta de recursos do(s) seguinte(s) programa(s) de trabalho: 15.244.2217.7K66.0029 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local - No Estado da Bahia e 15.244.2217.7K66.7003 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado da Bahia.

9.2 O valor estimado após pesquisa de preço resultou em R\$ 23.698,57 (Vinte e três mil, seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta e sete centavo), a preços de outubro/2021.

10. PRAZO DE ENTREGA

10.1. O prazo para execução do objeto deste TR será de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.

11. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



11.1. Os pagamentos dos serviços serão efetuados em reais, obedecendo aos preços unitários apresentados pela CONTRATADA em sua proposta, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da CODEVASF, formalmente designada, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

11.1.1. A CODEVASF somente pagará a CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada.

11.1.2. Somente serão pagos os materiais e equipamentos instalados e assentados, mediante atesto pelo fiscal do contrato.

11.1.3. Nos preços apresentados pelo Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.

11.2. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de apresentação das faturas/notas fiscais, já incluso nesse prazo o atesto das faturas/notas fiscais pela fiscalização

12. REAJUSTAMENTO

12.1. O preço será fixo e irrevogável;

13. FISCALIZAÇÃO

13.1. A gestão da Ordem de Serviço, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o licitante vencedor está executando o fornecimento, observando as especificações do objeto;

13.2. Esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da CONTRATADA ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.

13.3. A fiscalização deverá verificar, se o licitante vencedor, mantém as características do software originalmente oferecido durante o processo licitatório;

13.4. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução da Ordem de Serviço e informar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do serviço ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data apazada, com as devidas justificativas.

13.5. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o instrumento contratual.

13.6. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com este Termo de Referência, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.

13.7. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.

13.8. Informar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.

13.9. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.



13.10. Das decisões da fiscalização poderá a contratada recorrer à respectiva Gerência Regional de Infraestrutura da CODEVASF – 2ª SR/GRD, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista no Edital;

13.11. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

13.12. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

14.1. Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá executar todos os serviços descritos no item 5 deste TR, conforme estabelecidos pela CODEVASF.

14.2. Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.

14.3. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais;

b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do termo de referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

14.4. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedido dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos;

14.5. A CODEVASF rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o termo de referência

14.6. Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.

14.7. Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

14.8. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.

14.9. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela CODEVASF sobre a execução do objeto contratado;



14.10. A fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

14.11. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.

14.12. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
- b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
- c) Liberação da Caução Contratual.

15. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

15.1. A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:

- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- b) Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
- c) Manter o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. A Contratada deverá executar o serviço em conformidade com as respectivas licenças e/ou autorizações ambientais.

16.2. A CONTRATADA deverá atender às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.

16.3. O Decreto nº 7.746, em seu Art. 2º, estabelece que na contratação de serviços, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no referido decreto.

16.4. O Decreto nº 7.746, em seu Art. 4º, considera como critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e dos serviços;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços; e
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

16.5. Na execução dos serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências:



- a) Deverá ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação dos serviços.
- b) Deverá fazer o uso obrigatório de agregados reciclados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.
- c) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.
 - c1) Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- d) Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - I) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - II) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - III) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - IV) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - V) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - VI) Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.
- e) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- f) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- g) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- h) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - I) Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - II) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - III) Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

16.6. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:



- b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
 - b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
 - b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- c) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.”
- 16.7. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- a) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;
 - b) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
 - c) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.
- 16.8. Se houver a aquisição de bens, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:
- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - c) Que os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
 - d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).



16.9. A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Fornecer o objeto deste Termo de Referência dentro do prazo estipulado.

17.2. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

17.3. Acatar as orientações da CODEVASF, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.

17.4. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.

17.5. A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

17.6. Desfazer e corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.

17.7. Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.

17.8. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a CODEVASF e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a CODEVASF isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência, da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.

17.9. A CONTRATADA será responsável, perante a CODEVASF, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.

17.10. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.

17.11. A CONTRATADA deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

17.12. A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para na execução dos serviços objeto da presente licitação atender ainda às seguintes normas complementares:

17.12.1. Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da CODEVASF.



17.12.2. Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 18.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
- 18.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 18.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 18.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 18.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 18.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os serviços contratados.
- 18.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

19. MATRIZ DE RISCO

- 19.1. A Matriz de Risco é o instrumento que tem o objetivo de definir as responsabilidades do CODEVASF e da CONTRATADA na execução da Ordem de Serviço.
- 19.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO - Anexo VI do Termo de Referência.
- 19.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste quando a responsabilidade for da CODEVASF, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO – Anexo VI do Termo de Referência.
- 19.4. A CONTRATADA tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 19.5. Sempre que atendidas as condições do CONTRATO e mantidas as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico.
- 19.6. A CONTRATADA somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.
- 19.7. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

20. CONDIÇÕES GERAIS

- 20.1. O resultado do fornecimento e execução dos serviços objeto do certame licitatório, incluindo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto dos serviços, serão de propriedade da CODEVASF, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
- 20.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transcrições.



21. ANEXOS

São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:

- **Anexo I: Justificativas**
- **Anexo II: Planilha Orçamentária**
- **Anexo III: Planilha Orçamentária da Licitante**
- **Anexo IV: Especificações Técnicas**
- **Anexo V: Modelo de Declaração**
- **Anexo VI: Matriz de Risco**



ANEXO I: JUSTIFICATIVAS

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função das especificidades, previstas no Termo de Referência e que passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação

A busca de novos métodos de execução dos serviços de engenharia e topografia da Codevasf, através do processamento de imagens, que já é uma realidade praticada pelo mercado, faz com que se ganhe agilidade, principalmente quando se trata de grandes áreas a serem levantadas, além de proporcionar ganho na qualidade dos trabalhos apresentados e tempo para a tomada de decisão.

Com a expansão da área de atuação, bem como do aumento da demanda dos serviços topográficos, buscam-se novos métodos de execução dos serviços, métodos estes que remetem os serviços topográficos a um novo patamar, deixando de ser convencional e buscando uma nova realidade praticada no mercado. A aquisição do software para processamento de imagens ajudará a 2ª SR nos serviços realizados por VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado), seja ele da Codevasf ou de empresa contratada.

Regime de execução

O regime adotado para essa contratação será fornecimento total: contratação por menor preço. O pagamento será mediante apresentação da Fatura/Nota fiscal pela contratada.

Permite Participação de Consórcios:

Não será permitida. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo, conseqüentemente, impertinente a formação de consórcios, com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do Licitante.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual

Os serviços a serem contratados estão de acordo com o Plano Plurianual, com previsão de execução de 06 (seis) meses, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível.

Critério de Julgamento

Menor preço, de acordo com o Decreto 10.024/2019.

Divulgação do valor orçado

A divulgação, no presente caso, é justificada uma vez que o orçamento de referência servirá como critério para aceitabilidade das propostas, bem como servirão de base para apresentação das propostas das licitantes tendo em vista que o critério de julgamento será o menor preço.

Qualificação Técnica

As exigências de qualificação técnica do item 8.1 visam garantir a qualidade e a segurança da execução dos serviços do objeto deste Termo de Referência.

Licença Ambiental:

Não se aplica.



Justificativa - Serviços Comuns para realização Pregão eletrônico

O objeto deste Termo de Referência pode ser caracterizado como serviço comum pelos seguintes motivos:

- Trata-se de uma atividade cuja execução é padronizada pelo mercado, não requer nenhum conhecimento notório ou específico das empresas;
- Diversas empresas têm condições de executar o objeto deste termo de referência;
- As especificações são usuais de mercado, o que possui natureza padronizável e pouco complexa, visto que a técnica empregada são montagens eletromecânicas que fazem parte do escopo diário das inúmeras empresas do ramo.

Diferença Mínima entre os Lances: Conforme Art. 31, § único do Decreto 10.024/2019 o intervalo mínimo da diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento) sobre o valor estimado.



ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba					
Edital:					
Item	Discriminação	Unid.	Qtd.	Preço	
				Unitário	Total
1	Fornecimento de software e serviço de instalação de uma (01) licença perpétua do Software Agisoft Metashape Professional Edition, node-locked, última versão, com suporte técnico on-line e atualizações e correções por 1 (um) ano.	01	01	23.698,57	23.698,57
TOTAL DOS SERVIÇOS					23.698,57
Nome do Informante:		Qualificação:			
Assinatura:				Data:	
Observação:					



ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DA LICITANTE

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DA LICITANTE					
Nome da Licitante:					
Edital:					
Item	Discriminação	Unid.	Qtd.	Preço	
				Unitário	Total
1	Fornecimento de software e serviço de instalação de uma (01) licença perpétua do Software Agisoft Metashape Professional Edition, node-locked, última versão, com suporte técnico on-line e atualizações e correções por 1 (um) ano.	01	01		
TOTAL DOS SERVIÇOS					
Nome do Informante:		Qualificação:			
Assinatura:				Data:	
Observação:					
Despesas Fiscais:					



ANEXO IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO
01	27472	<p>Software para processamento de imagens aéreas Agisoft Metashape Professional Edition, node-locked, última versão com as seguintes especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Processamento de imagens;- Geração de MDT (Modelo Digital de Terreno);- Geração de MDS (Modelo Digital de Superfície);- Geração de ortomosaico georreferenciado;- Geração de nuvem de pontos;- Triangulação fotogramétrica;- Medição de distâncias, áreas e volumes;- Geração de curvas de nível;- Modelagem 3D;- Licença <i>single</i>. <p>- A empresa deverá fornecer suporte técnico para auxiliar na instalação do software, e com o envio de atualizações e correções.</p> <p>- Garantia: 12 (doze) meses de suporte técnico mínimo, por meio digital.</p> <p>- Produto original de fábrica</p>



ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O Licitante (NOME DA EMPRESA), inscrito no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executadas os serviços, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Cidade, ____/____/20____

Assinatura do representante legal

Nome: _____

Função: _____

**ANEXO VI – MATRIZ DE RISCOS****MATRIZ DE RISCOS**

FORNECIMENTO DE SOFTWARE E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE UMA (01) LICENÇA PERPÉTUA DO SOFTWARE AGISOFT METASHAPE PROFESSIONAL EDITION, NODE-LOCKED, ÚLTIMA VERSÃO, COM SUPORTE TÉCNICO ON-LINE E ATUALIZAÇÕES PARA USO DA 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, EM BOM JESUS DA LAPA – BA.

Data de Elaboração: 09/11/2021

Risco	Definição	Alocação (Codevasf, Contratada ou Compartilhada)	Impacto (Alto, médio ou baixo)	Probabilidade (frequente, provável, ocasional, remota ou improvável)	Medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar o risco
1-Não entrega do software	Não recebimento pela CODEVASF do software adquiridos via Ordem de Serviço	Contratante	Médio	Ocasional	A Codevasf, por intermédio da fiscalização, deve aplicar as medidas cabíveis, inclusive multa.
2-Não instalação do software	Contratante não conseguir instalar o software	Contratante	Médio	Remota	A Codevasf, por intermédio da fiscalização, deve acionar o suporte técnico da contratada
3-Não funcionamento do Software após instalação	Após instalação pela contratante o software não funciona	Contratante	Médio	Remota	A Codevasf, por intermédio da fiscalização, deve acionar o suporte técnico da contratada
4-Não prestar suporte técnico on-line pelo período contratado	Contratante não presta suporte on-line para as dúvidas relacionadas à operação do software	Contratante	Médio	Remota	A Codevasf, por intermédio da fiscalização, deve aplicar as medidas cabíveis, inclusive multa
5-Não funcionamento devido à falta de atualização pelo período contratado	A contratante não fornece as atualizações necessárias, fornecidas pelo fabricante do software, para o bom funcionamento do programa	Contratado	Médio	Remota	A Codevasf, por intermédio da fiscalização, deve aplicar as medidas cabíveis, inclusive multa
6-Limitações Técnicas para prestar suporte on-line	A contratante não consegue dirimir as dúvidas técnicas com seu setor de suporte	Contratado	Médio	Remota	A Codevasf, por intermédio da fiscalização, deve acionar o suporte técnico da contratada